DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO I
Exame — Turma de Dia
Época de Recurso — 14 de fevereiro de 2022

TÓPICOS DE CORREÇÃO

1. Âmbito de aplicação do Regulamento Roma II:

- a) em razão da matéria: conceito de obrigação extracontratual civil apurado autonomamente (arts. 1.º e 2.º e considerando 11);
 - i. analisar fundamentadamente a questão da aplicação do Regulamento à responsabilidade civil por danos punitivos; referir o considerando 32, do qual resulta que o Regulamento se aplica;
 - ii. analisar fundamentadamente a questão da aplicação do Regulamento à responsabilidade por violação da integridade física e psíquica — interpretação restritiva do art. 1.º/2/g);
- b) em razão do tempo: facto danoso ocorreu após 11 de janeiro de 2009 (arts. 31.º e 32.º);
- c) em razão do espaço: situação implica um conflito de leis (art. 1.º/1);
- d) em razão do território: ação proposta em tribunal de Estado-Membro vinculado pelo Regulamento (art. 1.º/4);
- e) o Regulamento aplica-se.

2. Identificação da lei competente:

- a) não houve escolha de lei (art. 14.º);
- b) não se aplicam os arts. 10.º a 12.º nem os arts. 5.º a 8.º;
- c) aplicação do art. 4.º.

3. Análise e aplicação dos arts. 4.º/1, 25.º/1 e 24.º:

- a) aplicação da lei do lugar do dano;
- b) conceito de lugar onde ocorreu o dano;
- c) no caso, o dano ocorreu na Califórnia;
- d) irrelevância, no quadro do n.º 1, da verificação da maioria dos prejuízos na Espanha;
- e) a Califórnia é um Estado dos EUA que deverá ser considerado um país para efeitos de determinação da lei aplicável, nos termos do art. 25.º/1;
- f) Não há lugar a reenvio (art. 24.º).

4. Análise do art. 4.º/2:

- a) não se aplica diretamente porque não há residência habitual comum do lesante e lesado;
- b) não se aplica analogicamente para abranger as situações de nacionalidade comum; justificação.

5. Análise do art. 4.º/3:

- a) noção de cláusula de exceção;
- b) no caso, não ocorre conexão manifestamente mais estreita com os Direitos espanhol, alemão e português.

6. Em suma, a lei portuguesa remete para a lei material da Califórnia.

7. Questão da violação da reserva de ordem pública internacional do Estado português (art. 26.º). Atendendo à função primordialmente ressarcitória da responsabilidade civil em Portugal, mas também à circunstância de não ser desconhecida uma responsabilidade com funções sancionatórias (v.g., arts. 494.º e 570.º/1 do CC), a aplicação da lei californiana violará a reserva de ordem pública internacional do Estado português se conduzir à condenação numa indemnização excessiva ou desproporcional à luz dos fatores enunciados na al. e) do enunciado; referência ao considerando 32 do Regulamento Roma II.

8. Conclusão: aplica-se a lei californiana e a indemnização por danos punitivos é possível, desde que não seja excessiva.